



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Praça Des. Edgard Nogueira, S/N – Centro Cívico  
TERESINA – PI - CEP 64000-830 - Fone: (86) 216-7401

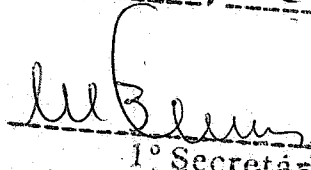
Ofício nº ~~1-233~~ /2010-GP

Teresina, 1º de dezembro de 2010

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 09 / 12 / 2010

A Sua Excelência o Senhor  
Dep. Themistocles Sampaio Filho  
Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
LOCAL

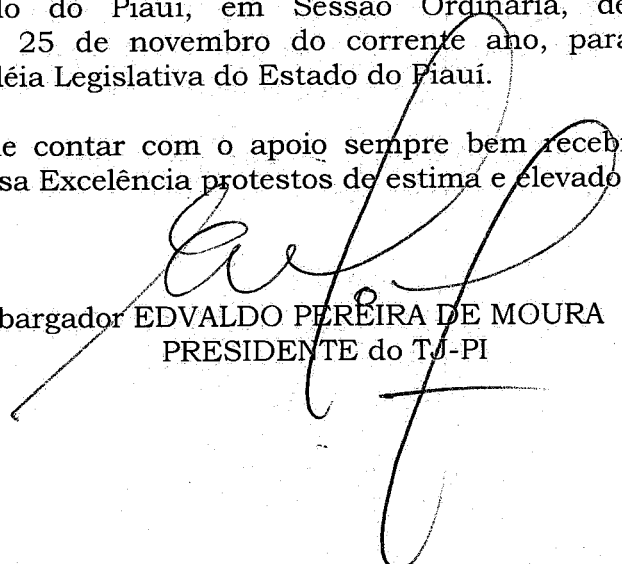
  
1º Secretário

ASSUNTO: Encaminhando Resolução nº 31/10, de 25 de novembro de 2010, que dispõe acerca de Projeto de Lei Complementar propondo a alteração da Lei estadual nº 3.716, de 12.12.70 – LOJ.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência a Resolução nº 31/10, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Projeto de Lei Complementar alterando a Lei Estadual nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária, aprovada pelo Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em Sessão Ordinária, de caráter administrativo, realizada no dia 25 de novembro do corrente ano, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Certo de contar com o apoio sempre bem recebido dessa Corte Legislativa, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevado apreço.

  
Desembargador EDVALDO PEREIRA DE MOURA  
PRESIDENTE do TJ-PI



**ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RESOLUÇÃO Nº 31/2010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010**

Encaminha Projeto de Lei Complementar propondo a alteração da Lei estadual n. 3.176, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária.

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições previstas no art. 96, II, “d”, e art. 125, § 1º, da Constituição Federal,

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da eficiência (art. 37, *caput*) e da economicidade (art. 70, *caput*) e, em consequência, a necessidade de adotar mecanismos que propiciem a rápida solução de problemas relacionados à administração da Justiça;

**CONSIDERANDO** o princípio administrativo da delegação de competências (Decreto-lei n. 200, art. 6º, IV);

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar em Sessão Plenária de caráter administrativo e determinar o encaminhamento a Assembléia Legislativa o anexo Projeto de Lei Complementar, propondo a alteração da Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária e da Lei 4.838, de 1º de junho de 1996,

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), 25 de novembro de 2010.

  
DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA  
Presidente

DESA. ROSIMAR LEITE CARNEIRO  
Vice-Presidente

DESA. EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO PINHEIRO  
Corregedora-Geral da Justiça

  
DES. LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO

  
DES. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR



**ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DES. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA

DES. ANTÔNIO PERES PARENTE

  
DES. FERNANDO CARVALHO MENDES

  
DES. HAROLDO OLIVEIRA REHEM

DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO

  
DES. VALERIO NETO CHAVES PINTO

DES. JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

  
DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO

  
DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

  
DES. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

  
DES. ERIWAN JOSÉ DA SILVA LOPES



**ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº05/2010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010**

Altera a Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979  
– Lei de Organização Judiciária do Estado do  
Piauí.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei Complementar:

Art. 1º A Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de  
Organização Judiciária do Estado do Piauí, passa a vigorar acrescida do art. 21-A:

“Art. 21-A. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, através de ato  
publicado no Diário da Justiça, delegar ao Juiz Diretor do Fórum a  
realização de pequenas despesas, com compras e a contratação de  
obras e serviços necessários à administração da Justiça na área da  
sua competência, limitadas até o valor previsto no:

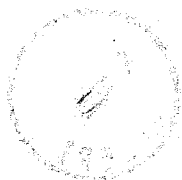
I – art. 24, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para obras e  
serviços de engenharia;

II – art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, para outros serviços e compras.

§ 1º A delegação poderá ser por período certo ou para caso específico,  
ficando em qualquer caso o Juiz responsável pela correta aplicação  
dos recursos repassados, bem como pela respectiva prestação de  
contas.

§ 2º Ao Juiz que receber delegação cabe observar as disposições  
legais pertinentes à aquisição ou contratação, em especial realizar  
pesquisa de preços no mercado local, a qualificação do contratado e  
juntar nota fiscal ou documento equivalente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.





**ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010**

Altera a Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979  
– Lei de Organização Judiciária do Estado do  
Piauí.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei Complementar:

Art. 1º A Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de  
Organização Judiciária do Estado do Piauí, passa a vigorar acrescida do art. 21-A:

“Art. 21-A. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, através de ato  
publicado no Diário da Justiça, delegar ao Juiz Diretor do Fórum a  
realização de pequenas despesas, com compras e a contratação de  
obras e serviços necessários à administração da Justiça na área da  
sua competência, limitadas até o valor previsto no:

I – art. 24, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para obras e  
serviços de engenharia;

II – art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, para outros serviços e compras.

§ 1º A delegação poderá ser por período certo ou para caso específico,  
ficando em qualquer caso o Juiz responsável pela correta aplicação  
dos recursos repassados, bem como pela respectiva prestação de  
contas.

§ 2º Ao Juiz que receber delegação cabe observar as disposições  
legais pertinentes à aquisição ou contratação, em especial realizar  
pesquisa de preços no mercado local, a qualificação do contratado e  
juntar nota fiscal ou documento equivalente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.



**ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº05/2010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010**

Altera a Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979  
– Lei de Organização Judiciária do Estado do  
Piauí.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei Complementar:

Art. 1º A Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de  
Organização Judiciária do Estado do Piauí, passa a vigorar acrescida do art. 21-A:

“Art. 21-A. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, através de ato  
publicado no Diário da Justiça, delegar ao Juiz Diretor do Fórum a  
realização de pequenas despesas, com compras e a contratação de  
obras e serviços necessários à administração da Justiça na área da  
sua competência, limitadas até o valor previsto no:

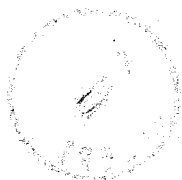
I – art. 24, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para obras e  
serviços de engenharia;

II – art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, para outros serviços e compras.

§ 1º A delegação poderá ser por período certo ou para caso específico,  
ficando em qualquer caso o Juiz responsável pela correta aplicação  
dos recursos repassados, bem como pela respectiva prestação de  
contas.

§ 2º Ao Juiz que receber delegação cabe observar as disposições  
legais pertinentes à aquisição ou contratação, em especial realizar  
pesquisa de preços no mercado local, a qualificação do contratado e  
juntar nota fiscal ou documento equivalente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.





**ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANEXO**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010**

Altera a Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979  
– Lei de Organização Judiciária do Estado do  
Piauí.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte  
Lei Complementar:

Art. 1º A Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de  
Organização Judiciária do Estado do Piauí, passa a vigorar acrescida do art. 21-A:

“Art. 21-A. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, através de ato  
publicado no Diário da Justiça, delegar ao Juiz Diretor do Fórum a  
realização de pequenas despesas, com compras e a contratação de  
obras e serviços necessários à administração da Justiça na área da  
sua competência, limitadas até o valor previsto no:

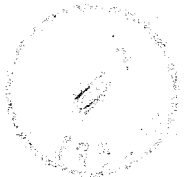
I – art. 24, I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para obras e  
serviços de engenharia;

II – art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, para outros serviços e compras.

§ 1º A delegação poderá ser por período certo ou para caso específico,  
ficando em qualquer caso o Juiz responsável pela correta aplicação  
dos recursos repassados, bem como pela respectiva prestação de  
contas.

§ 2º Ao Juiz que receber delegação cabe observar as disposições  
legais pertinentes à aquisição ou contratação, em especial realizar  
pesquisa de preços no mercado local, a qualificação do contratado e  
juntar nota fiscal ou documento equivalente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.





## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

em 09 / 12 / 10

[Assinatura]

Comissão de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado João de Deus

4

para relatar.

Em 13 / 12 / 10

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição e Justiça





## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR no. 05/2010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010, PROJETO AL Nº 1769/2010 QUE:

“Altera a lei nº 3.716 de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí.”

AUTOR: TRINUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. JOÃO DE DEUS (PT)

### I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir parecer conforme dispõe os arts 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal mencionado.

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma prevista nos art. 96, II, “d”, e art. 125, § 1º da Constituição Federal/88, e art.s 75 e 116 da Constituição Estadual/89.

Com efeito, a proposição Altera a lei nº 3.716 de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, objetivando autorizar que o Presidente do Tribunal de Justiça, através de ato publicado no Diário da Justiça possa delegar ao juiz diretor do Fórum a realização de pequenas despesas, com compras e a contratação de obras e serviços necessários à administração da Justiça na área de sua competência, limitado até o valor previsto no art. 24, incisos I e II da lei nº 8.666, de 21 junho de 1993.

### II – VOTO DO RELATOR

O Tribunal de Justiça, por força da norma esculpida no art. 113 da Constituição Estadual/89, possui autonomia administrativa e financeira tendo inclusive dotação orçamentária própria, cabendo a este obedecer aos princípios norteadores da administração pública, especialmente aos da legalidade, economicidade e eficiência.

Visto e analisado a proposição, observa-se que a mesma encontra-se em consonância com a boa técnica legislativa e sob o aspecto constitucional em perfeita



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR no. 05/2010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010, PROJETO AL Nº 1769/2010 QUE:

“Altera a lei nº 3.716 de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí.”

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. JOÃO DE DEUS (PT)

### I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir parecer conforme dispõe os arts 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal mencionado.

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma prevista nos art. 96, II, “d”, e art. 125, § 1º da Constituição Federal/88, e arts 75 e 116 da Constituição Estadual/89.

Com efeito, a proposição Altera a lei nº 3.716 de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, objetivando autorizar que o Presidente do Tribunal de Justiça, através de ato publicado no Diário da Justiça possa delegar ao juiz diretor do Fórum a realização de pequenas despesas, com compras e a contratação de obras e serviços necessários à administração da Justiça na área de sua competência, limitado até o valor previsto no art. 24, incisos I e II da lei nº 8.666, de 21 junho de 1993.

### II – VOTO DO RELATOR

O Tribunal de Justiça, por força da norma esculpida no art. 113 da Constituição Estadual/89, possui autonomia administrativa e financeira tendo inclusive dotação orçamentária própria, cabendo a este obedecer aos princípios norteadores da administração pública, especialmente aos da legalidade, economicidade e eficiência.

Visto e analisado a proposição, observa-se que a mesma encontra-se em consonância com a boa técnica legislativa e sob o aspecto constitucional em perfeita


harmonia posto que o Tribunal de Justiça é competente para formalizar projeto de Lei Complementar que altere sua Lei de Organização Judiciária.

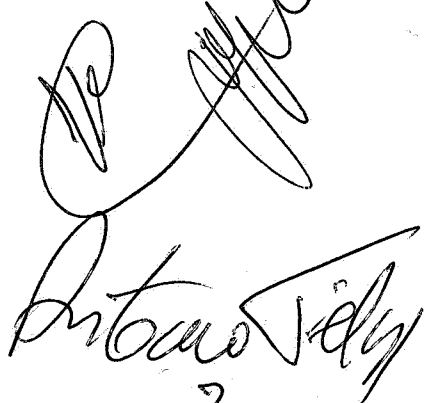

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 14 de dezembro de 2010.

Dep.  (PT)  
relator

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 14 / 12 / 10

Presidente da Comissão de
Justiça



## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 14/12/10

Conceição

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Ismael

monique

para relatar.

Em 14/12/10

Presidente Comissão de Administração  
Pública



## **Assembléia Legislativa**

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 14/12/10

Conceição

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Ismael

Monteiro

para relatar.

Em 14/12/10

Presidente Comissão de Administração  
Pública



## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR no. 05/2010, DE 25 DE  
NOVEMBRO DE 2010, PROJETO AL Nº 1769/2010 QUE:

“Altera a lei nº 3.716 de 12 de dezembro de  
1979 – Lei de Organização Judiciária do  
Estado do Piauí.”

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP.

### I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir parecer conforme dispõe os arts 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal mencionado.

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma prevista nos art. 96, II, “d”, e art. 125, § 1º da Constituição Federal/88, e arts 75 e 116 da Constituição Estadual/89.

Com efeito, a proposição Altera a lei nº 3.716 de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, objetivando autorizar que o Presidente do Tribunal de Justiça, através de ato publicado no Diário da Justiça possa delegar ao juiz diretor do Fórum a realização de pequenas despesas, com compras e a contratação de obras e serviços necessários à administração da Justiça na área de sua competência, limitado até o valor previsto no art. 24, incisos I e II da lei nº 8.666, de 21 junho de 1993.

### II – VOTO DO RELATOR

Entendo que o projeto do Tribunal de Justiça busca dar uma maior agilidade e eficiência na administração das Comarcas, uma vez que permitirá ao juiz indicado pelo presidente o poder de efetuar alguns serviços e obras, ao invés de ficar aguardando que o setor de serviços do Tribunal se desloque e efetue pequenos reparos. Ressalte-se que a prestação de contas será efetuada pelo magistrado junto ao Tribunal de Justiça, e este ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Visto e analisado a proposição, observa-se que a mesma encontra-se em consonância com a boa técnica legislativa e em harmonia com os ditames legais

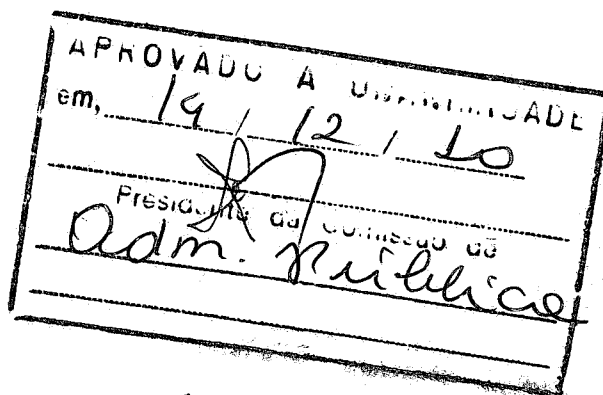
aplicáveis à espécie, posto que o Tribunal de Justiça é competente para formalizar projeto de Lei Complementar que modifique sua administração interna.

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 14 de dezembro de 2010.

Ismael Marques  
relator



Antonio

[Signature]

[Signature]